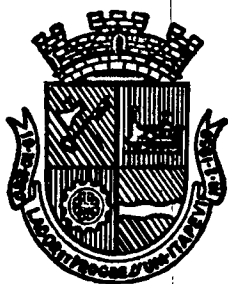


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

1249

PROCESSO Nº 016/95

PROJETO Nº 014/95

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO

Estabelece forma de apuração da remuneração devida pela utilização de veículo-táxi com permissão de ' serviço outorgada pela Prefeitura do Município de' Itapevi, tornando obrigatória a instalação de taxi metro, e dá providências correlatas.

LEI 1249/95

DIGITALIZADO
POR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI - Cidade Esperança - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 011/95

Itapevi, 03 de abril de 1995

Senhor Presidente,

Tem a presente por finalidade encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que estabelece forma de apuração da remuneração devida pela utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi, tornando obrigatória a instalação de taxímetro, e dá providências correlatas.

A propositura em tela objetiva possibilitar uniformidade nos valores remuneratórios do serviço de táxi praticado no Município. Trata-se de posicionamento levado a efeito em atendimento de reivindicações diversas por parte da população usuária e, ainda, dos próprios permissionários.

De fato, o sistema hoje utilizado, que consiste na publicação de tabela que determina o valor a ser cobrado de acordo com o destino pretendido, não mais atende às necessidades dos munícipes, sejam estes usuários ou permissionários do serviço. Impossível tabelar todas as localidades existentes no Município e os respectivos valores das corridas, sob pena de resultar em listagem de extensividade tamanha que impeça a correta verificação do débito. Isto sem mencionar, é claro, as corridas intermunicipais.

A melhor forma de possibilitar justiça na cobrança do serviço se apresenta, portanto, pela instalação do aparelho denominado taxímetro, cujas normas de utilização foram fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, por intermédio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, nas Portarias nº 92, de 26 de abril de 1989, e nº 96, de 08 de maio de 1989 (docs. anexos).

O estabelecimento do valor da Unidade Taximétrica - UT, que corresponde a utilização de um veículo-táxi por 1.000 m (mil metros), bem como das respectivas tarifas, é, conforme legislação em vigor, de competência do Poder Executivo. A preferência por estabelecer tais valores inicialmente por Lei visa possibilitar maior amplitude de conhecimento, por parte da população, da medida levada a efeito. Assim sendo, por Decreto, devidamente fundamentado, o Executivo providenciará, tão somente, as alterações necessárias em função da variação monetária e condições específicas do serviço.

Impende esclarecer que as tarifas foram estabelecidas em conformidade com as praticadas na região, de forma a manter a padronização necessária ao serviço. O valor inicial da Unidade Taximétrica - UT, de R\$ 0,75, foi fixado em razão das reais condições das vias públicas existentes no



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI - Cidade Esperança - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

Município, onde se dará a maior parte dos serviços prestados, ou seja, considerando-se que existem 450.000 metros de vias públicas municipais, sendo que apenas 40.000 metros estão pavimentados, fato que acarreta extremo desgaste nos veículos.

Nos Municípios vizinhos, o valor da UT varia entre R\$ 0,60 (Osasco, Carapicuíba e Barueri) e R\$ 0,75 (Cotia e Embú). Considerada a existência de pavimentação na maior parte das vias públicas localizadas nesses Municípios, quando não a existência de pavimentação em todas as vias, claramente se determinaria em Itapevi valor superior. Todavia, o fato não ocorre, e isto em razão do poder aquisitivo da população. Não almeja o Executivo estabelecer preços compatíveis com o mercado mas inacessíveis à população. No estabelecimento do valor da UT procurou-se, portanto, o equilíbrio entre o serviço prestado e a possibilidade de remuneração desse serviço.

Há que se mencionar, ainda, que a tarifa para a Bandeira 2 estabelecida no Município, de 1,2 UT, é inferior a de outros Municípios - a exemplo, Osasco, Carapicuíba e Barueri, com tarifa de 1,4 UT na Bandeira 2 -, o que, na prática, significa a existência de valores equivalentes para a mesma corrida, ainda que com UT de valores diversos.

Impende esclarecer, finalmente, que a medida pretendida na propositura em tela entrará em vigor no prazo de sessenta (60) dias de sua publicação, de forma a possibilitar a instalação do equipamento em todos os veículos que hoje prestam o serviço da espécie no Município.

Considerado o interesse da população itapeviense na adoção do taxímetro como forma de apuração da remuneração devida pelo serviço de táxi, bem como o prazo necessário para entrada em vigor da determinação legal, solicito seja a apreciação realizada em sentido de urgência, conforme prerrogativa inserida no disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município, de forma a diminuir, no máximo possível, a espera por parte dos usuários.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS

03

04

1995

SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.

i) Indústria de Artefatos Plásticos e de Elastômeros para Uso Doméstico Pessoal;

j) Indústria Tabagreira;

l) Indústria de Formulações Cosméticas, de Perfumaria, Higiene Pessoal e Saneantes Domissanitários;

m) Indústria de Embalagens;

n) Indústria de Artefatos de Ourivesaria, Joalheria e Bijuterias;

o) Indústria Gráfica, de Edição e Impressão;

p) Outras indústrias de Bens de Consumo.

(D.O. de 2 de maio de 1989, págs. 6.689 a 6.690).

TÁXIS

— Institui a Unidade Taximétrica, para fins de apuração do valor monetário a cobrar em táxímetros.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA N. 92 — DE 3 DE ABRIL DE 1989

O Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, usando das atribuições que lhe confere o item 4.1, letra "a", "g" e "h", da Regulamentação Metroológica aprovada pela Resolução CONMETRO n. 11, de 12 de outubro de 1988,

Considerando a indispensável uniformidade e simplificação na indicação dos táxímetros;

Considerando a descaracterização das indicações nesses instrumentos devidas às tabelas de correção do preço a pagar;

Considerando a necessidade de garantir ao usuário um melhor acompanhamento da medição na qual é parte interessada;

Considerando que freqüentes ajustes nos táxímetros geram pesados ônus aos taxistas;

Considerando a necessidade de zelar pela lealdade e credibilidade das indicações nos táxímetros, resolve:

Art. 1.º Instituir, no País, a Unidade taximétrica — UT, para fins de apuração do valor monetário a cobrar em táxímetros.

§ 1.º A Unidade Taximétrica corresponde à utilização do veículo-táxi por um distância de 1.00m (mil metros) ou um intervalo de tempo equivalente, respectivamente, na tarifa 1 e na tarifa horária.

§ 3.º O preço a pagar pelo serviço prestado será determinado pela aplicação do valor vigente da Unidade Taximétrica, sobre a indicação do taxímetro.

§ 4.º A fixação e atualização do valor monetário da Unidade Taximétrica, é de competência da autoridade concedente ou permissora do serviço de táxi, conforme artigo 86 e seu § 3.º, do Decreto n. 62.127 (), de 16 de janeiro de 1968, que aprova o Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

Art. 2.º Os táxímetros conservarão todas as suas características de construção e funcionamento, inclusive com referência à tarifa inicial, tarifa 1, tarifa 2 e tarifa horária.

Art. 3.º O INMETRO baixará, num prazo de 30 (trinta) dias, todas as disposições, necessárias para possibilitar a implantação do presente sistema de indicação.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — Masao Ito, Presidente.

(D.O. de 2 de maio de 1989, pág. 6.691).

(1) Leg. Fed., 1968, pág. 33.

TÁXIS

— Aprova o Regulamento Técnico Metroológico que estabelece condições a serem observadas na fabricação, instalação e utilização de taxímetros.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA N. 96 — DE 3 DE MAIO DE 1989

O Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na alínea "a", do item 4.1, da Resolução do CONMETRO n. 11, de 12 de outubro de 1988, resolve:

Art. 1.º Aprovar o Regulamento Técnico Metroológico, que com esta baixa, estabelecendo as condições que deverão ser observadas na fabricação, instalação e utilização de taxímetros.

Art. 2.º As infrações a qualquer dispositivo do Regulamento referido sujeitam os infratores às penalidades previstas no artigo 9.º da Lei n. 5.966 (1), de 11 de dezembro de 1973.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Portarias INPM n. 4/81, INMETRO n. 62/82 e demais disposições em contrário. — Masao Ito, Presidente.

REGULAMENTO TÉCNICO METROLÓGICO ANEXO A PORTARIA N. 96, DE 8 DE MAIO DE 1985

1. Objetivo e Campo de Aplicação

1.1 — Este Regulamento Técnico Metroológico estabelece as condições que deverão ser observadas na fabricação, instalação e utilização dos taxímetros.

1.2 — Para os efeitos deste Regulamento equipara-se o importador ao fabricante de taxímetros.

2. Definições

2.1 — Taxímetro: instrumento destinado a indicar, em unidade taximétrica, a remuneração devida pela utilização de veículo-táxi, em razão da distância percorrida ou do tempo decorrido.

2.2 — Unidade Taximétrica — UT: grandeza correspondente à utilização de veículo-táxi por uma distância de 1.000m (mil metros) ou um intervalo de tempo equivalente, respectivamente, na tarifa normal e na tarifa horária.

2.3 — Tarifa normal (tarifa 1): valor remuneratório estabelecido para distância percorrida pelo veículo-táxi em situações normais de utilização.

2.4 — Tarifa especial (tarifa 2): valor remuneratório estabelecido para distância percorrida pelo veículo-táxi em situações especiais de utilização.

2.5 — Tarifa horária: valor remuneratório estabelecido para o tempo de utilização de um veículo-táxi.

2.6 — Tarifa inicial (bandeirada): valor remuneratório que o taxímetro indica no momento em que é colocado em operação, no início da utilização do veículo-táxi.

2.7 — Constante (k) do taxímetro: grandeza característica, expressa em rotações por quilômetro ou pulsos por quilômetro, informadora da espécie e da quantidade de sinais que o taxímetro deve receber para indicar corretamente uma distância percorrida de 1 (um) quilômetro.

2.8 — Coeficiente característico (W) do veículo: grandeza característica, expressa em rotações por quilômetro ou pulsos por quilômetro, informadora da espécie e quantidade de sinais que o veículo destina ao taxímetro quando percorre uma distância de 1 (um) quilômetro.

2.9 — Dispositivo adaptador componente que permite adaptar o coeficiente característico (W) do veículo à constante (k) do taxímetro, com uma relação de redução própria a cada caso.

2.10 — Transdutor: componente que converte as rotações recebidas da roda ou da caixa de marchas do veículo em pulsos elétricos destinados ao taxímetro.

2.11 — Circunferência efetiva (u) das rodas: distância percorrida pelo veículo correspondente a uma rotação completa da roda que transmite movimento ao taxímetro à pressão pneumática indicada pelo fabricante e com uma carga de 2 (duas) pessoas.

2.12 — Velocidade limite: velocidade que define a transição da medição por

3. Construção

3.1 — Os taxímetros devem ser fabricados com materiais adequados, de resistência e estabilidade suficiente, que possibilitem assegurar:

- a) perfeito funcionamento nas condições normais de utilização;
- b) fidelidade dos dados e valores indicados;
- c) impossibilidade de acesso a componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, sem violação do plano de selagem.

3.2 — Os taxímetros devem funcionar normalmente e apresentar medições ou resultados que satisfaçam às tolerâncias estabelecidas neste Regulamento, as seguintes situações:

- a) quando submetidos à qualquer temperatura no intervalo de -10°C a $+0^{\circ}\text{C}$;
- b) quando submetidos à qualquer tensão contínua de alimentação no intervalo de 8,0 a 15 V;
- c) em presença de ruídos eletromagnéticos gerados pelo veículo onde se encontram instalados ou fontes de ruídos externos.

3.3 — Os taxímetros devem possuir os seguintes dispositivos: calculador, indicador e de comando.

4. Dispositivo Calculador

4.1 — O taxímetro deve ser construído de modo que calcule e indique o total de unidades taximétricas baseando-se unicamente:

- a) na distância percorrida (controle quilométrico); e
- b) no tempo (controle horário).

4.2 — O controle quilométrico será acionado pelo movimento de rotação de uma das rodas ou da caixa de marchas do veículo.

4.2.1 — Um dispositivo adaptador pode existir de forma a permitir adaptar a constante do taxímetro ao coeficiente característico do veículo.

4.2.2 — Um transdutor deve permitir a conversão adequada do movimento de rotação das rodas ou da caixa de marchas do veículo em pulsos elétricos nos taxímetros eletrônicos.

4.2.1 — O transdutor deve fornecer ao taxímetro, no mínimo, 2 (dois) pulsos por rotação.

4.2.3 — A constante "k" do taxímetro pode ser invariável ou regulável segundo valores preestabelecidos.

4.2.4 — A marcha retroativa do veículo não pode acarretar uma diminuição nas indicações do taxímetro.

4.3 — O controle horário somente deve funcionar quando a velocidade do veículo for inferior à velocidade limite.

4.3.1 — Se o acionamento do controle horário for mecânico (corda manual) este deve permitir, no mínimo, 2 (duas) horas de funcionamento ininterrupto.

4.3.2 — Se o acionamento do controle horário for elétrico ou eletrônico, o seu funcionamento deve ser automático e ininterrupto.

4.3.3 — Os taxímetros devem possuir dispositivo que indique o funcionamento do controle horário. Quando este dispositivo for luminoso a indicação deve ser

5. Dispositivo de Comando

5.1 — O taxímetro deve ser colocado em operação por dispositivo de comando que pode assumir as seguintes posições autorizadas:

a) não utilização — na qual os controles quilométricos e horário devem estar desligados. O mostrador deve indicar 0 (zero) ou o valor da tarifa inicial, podendo estar apagado, no caso de taxímetros eletrônicos;

b) em funcionamento — na qual os controles quilométricos e horário devem estar ativados, operando um ou outro de acordo com a velocidade do veículo;

c) fixação da indicação — na qual os controles quilométrico e horário devem estar desligados e a indicação no mostrador permanecer fixa no valor correspondente à utilização do veículo, ao final do percurso.

5.2 — As diversas posições do dispositivo de comando devem ser selecionadas a partir da posição "não utilização", sucessivamente, até a "fixação da indicação".

5.2.1 — O retorno a uma posição precedente deve ser impossível, exceto da tarifa especial para tarifa normal.

5.3 — O acionamento pode ser através de alavanca única ou por tecla(s), respectivamente, para taxímetros mecânicos ou eletrônicos.

5.3.1 — Deve ser impedido o funcionamento dos controles quilométrico e horário em posições intermediárias àquelas previstas neste Regulamento, resultantes do deslucamento incompleto da alavanca de acionamento.

5.3.2 — Deve ser impedida qualquer interferência na medição devido ao acionamento, simultâneo ou não, dos elementos do dispositivo de comando.

5.4 — As posições do dispositivo de comando serão identificadas no mostrador ou na alavanca de acionamento do taxímetro, na ordem de sua seleção, na seguinte forma:

- a) Livre — para a posição de "não utilização";
- b) 1 — para a posição de funcionamento segundo a tarifa normal (tarifa 1);
- c) 2 — para a posição de funcionamento segundo a tarifa especial (tarifa 2);

d) total UT — para a posição de "fixação da indicação".

5.4.1 — As identificações das posições relativas às alíneas "a" e "d" poderão ser feitas pelas letras "L" e "F", respectivamente nos taxímetros eletrônicos.

5.4.2 — Os caracteres que, no mostrador do taxímetro eletrônico, identificam as posições do dispositivo de comando, devem possuir altura superior à dos dígitos do dispositivo indicador e nunca inferior a 12 mm (doze milímetros).

5.5 — As identificações exigidas no subitem 5.4 devem ser facilmente legíveis do exterior do veículo, a uma distância mínima de 20m (vinte metros), podendo para tal ser previsto um dispositivo auxiliar de indicação.

5.5.1 — O dispositivo auxiliar de indicação deve ser acionado automaticamente pelo dispositivo de comando de modo que sua indicação corresponda sempre à posição efetivamente selecionada.

6. Dispositivo Indicador

6.1 — O taxímetro, quando em funcionamento, deve fornecer no mostrador as seguintes indicações, sucessivamente:

b) acrescida em razão da distância percorrida e dos períodos e tempo em funcionamento.

6.2 — A indicação fornecida no mostrador do taxímetro deve a partir da entrada em funcionamento progredir de maneira descontínua, por menores divisões de valor constante, correspondente a uma distância de 200m (duzentos metros), na tarifa normal (1) ou a um período de tempo equivalente.

6.3 — A capacidade máxima do dispositivo indicador não deve ser inferior a 99,8 UT, com menor divisão de 0,2 UT.

6.4 — Os dígitos do dispositivo indicador devem possuir altura mínima de 10mm (dez milímetros).

6.5 — O mostrador, abaixo ou acima da indicação fornecida pelo dispositivo indicador, deverá conter a expressão "Total UT".

6.6 — A legibilidade das indicações de interesse dos usuários deve ser garantida por iluminação adequada.

6.6.1 — Quando a iluminação utiliza lâmpadas, sua substituição deve ser possível sem abertura do instrumento.

6.7 — Os taxímetros eletrônicos devem possibilitar teste dos segmentos dos dígitos, sendo tal função impedida quando o instrumento estiver efetuando uma medição.

6.8 — O dispositivo indicador pode fornecer outras indicações além daquela prevista no subitem 6.1, devendo essas possuir dígitos com altura mínima de 5mm (cinco milímetros) e não superior à metade da altura utilizada para os dígitos da indicação "Total UT".

6.8.1 — As indicações facultativas deverão ser feitas no mostrador em visor(es) claramente distinto(s) daquele que contém a indicação "Total UT".

6.8.2 — A indicação de distância total percorrida, quando houver, deverá permanecer operante em todas as posições assumidas pelo dispositivo de comando.

6.8.3 — As indicações facultativas devem permanecer disponíveis por um período mínimo de 30 (trinta) dias, quando o taxímetro for desconectado de sua fonte de alimentação.

7. Dispositivos Complementares

7.1 — Os taxímetros eletrônicos podem ser dotados de interruptor (chave liga/desliga) cuja ação somente deverá ser possível quando o dispositivo de comando estiver na posição "Livre".

7.2 — A introdução de qualquer dispositivo complementar, dependerá de prévia aprovação e autorização do INMETRO.

8. Inscrições Obrigatórias

8.1 — Além das indicações/inscrições exigidas nos subitens 5.4 e 6.5 o taxímetro deve trazer inscritas no seu mostrador ou local de fácil visibilidade, as seguintes indicações:

- a) marca e nome do fabricante ou importador;
- b) designação do modelo e número de fabricação;
- c) número da portaria de aprovação de modelo;

3.2 — Os visores relativos às indicações acultativas devem trazer as sigla-
ças dos valores indicados.

3.3 — Todas as indicações/inscrições devem ser feitas de forma clara, legível
e inequívoca.

3.4 — O taxímetro deverá possuir gravado internamente no chassi ou placa de
contatos elétricos o número de fabricação.

9. Erros Máxima Tolerados

9.1 — Nas verificações de taxímetros são admitidas as seguintes tolerâncias:

| Tipos de Verificação | Para Distância controle quilométrico | Para Tempo (*) controle horário |
|--|---|------------------------------------|
| Verificação inicial no fabricante | $\pm 1\%$ | $\pm 3\%$ |
| Primeira verificação na instalação no veículo | $\pm 2\%$ | $\pm 3\%$ |
| Periódica e eventual em utilização | $\pm 2\%$ | $\pm 5\%$ |

(*) A partir da primeira queda de fração.

10. Controle Metroológico

10.1 — Apreciação técnica de modelos:

10.1.1 — Todo taxímetro deverá ter seu modelo aprovado segundo as prescri-
ções técnicas deste Regulamento.

10.1.2 — Para aprovação do modelo, o interessado deve requerê-la ao INMETRO
e apresentar:

a) memorial descritivo contendo: os princípios de funcionamento do modelo,
descrição de todas as suas peças, desenhos citados das partes construtivas essen-
ciais, especificação das engrenagens de regulação, constantes "k" do taxímetro e,
para sistemas eletrônicos, esquema completo do circuito elétrico e sua programá-
ção.

b) 3 (três) protótipos em conformidade com o memorial descritivo;

c) plano indicativo da localização das marcas de verificação e de selagem.

10.1.2.1 — Dos instrumentos enviados para apreciação técnica do modelo, so-
mente um será devolvido tendo os demais: seguinte destinação:

— um, no INMETRO, destinado ao controle de conformidade ao modelo apro-
vado;

— outro, para o órgão metroológico da jurisdição do fabricante, ou importador,
destinado à comprovação de conformidade na verificação inicial.

10.1.3 — A apreciação técnica do modelo consistirá no exame dos protótipos
apresentados, de acordo com as prescrições deste Regulamento, através do estu-
dio da documentação, inspeção visual e ensaios metroológicos.

10.1.3.1 — As tolerâncias admissíveis nos ensaios de aprovação de modelo são
idênticas às fixadas para verificação inicial e verificações periódicas sucessivas.

10.1.4 — Os modelos aprovados não poderão sofrer qualquer modificação sem
prévia autorização do INMETRO.

10.1.4.1 — Os resultados da análise das modificações pretendidas poderão, a
critério do INMETRO, determinar novo processo de aprovação de modelo.

10.2 — Verificação inicial:

10.2.1 — A verificação inicial compreende:

- verificação da correspondência ao modelo aprovado;
- inspeção geral do instrumento, inclusive no que se refere à correção das
inscrições obrigatórias;
- verificação das indicações numéricas quanto à nitidez e adequada ilumi-
nação;
- verificação do funcionamento do dispositivo de comando;
- verificação da constante "k" do taxímetro;
- verificação da velocidade limite;
- verificação da correspondência da indicação com a distância percorrida, nas
diversas tarifas, para um percurso equivalente a 5 (cinco) quilômetros;
- verificação da correspondência da indicação com a tarifa horária, para um
período não inferior a 5 (cinco) minutos;
- aposição nos taxímetros aprovados, de identificação do órgão da Rede Na-
cional de Metrologia Legal, executor da verificação, em local previamente designa-
do.

10.2.2 — Cabe aos fabricantes ou importadores, a responsabilidade pela apre-
sentação dos taxímetros à verificação inicial, devendo esta ser realizada em suas
dependências ou em bancadas próprias, previamente examinadas pelo INMETRO.

10.2.3 — Compete ao órgão da Rede Nacional de Metrologia Legal da jurisdi-
ção do fabricante ou importador:

- a execução da verificação inicial dos taxímetros fabricados ou importados;
- a emissão do respectivo certificado, contendo a indicação das tarifas para
as quais o instrumento foi ajustado e a obrigatoriedade da primeira verificação.

10.3 — Primeira verificação:

10.3.1 — Todos os taxímetros devem ser submetidos à primeira verificação,
quando de sua instalação nos veículos.

10.3.2 — Os taxímetros devem ser instalados somente por oficinas e/ou profis-
sionais devidamente permissionados pelo INMETRO, através dos órgãos da Rede
Nacional de Metrologia Legal.

10.3.3 — Os taxímetros devem ser adaptados às características dos veículos
nos quais são instalados.

10.3.3.1 — Ao instalador de taxímetros cabe fornecer documentos contendo a
relação de transmissão do dispositivo adaptador, circunferência efetiva ou desig-
nação e pressão dos pneus, para os quais o conjunto foi regulado.

10.3.3.2 — A exatidão das ajustagens realizadas é de inteira responsabilidade do
instalador.

10.3.4 — Compete aos órgãos da Rede Nacional de Metrologia Legal, a primei-
ra verificação dos taxímetros instalados, bem como a emissão do respectivo cer-

10.3.5 — Para a realização da primeira verificação, os taxímetros devem estar acompanhados do respectivo certificado de aprovação na verificação inicial e de documento a que se refere o subitem 10.3.3.1 deste Regulamento.

10.3.6 — A primeira verificação do taxímetro compreende:

- a) verificação de correspondência do tipo e pressão do(s) pneu(s) com aquelas indicadas pelo instalador, segundo especificações do fabricante do veículo;
- b) verificação da correspondência da indicação com a distância percorrida de no mínimo 1 (um) quilômetro, para todas as tarifas;
- c) verificação da correspondência da indicação com o tempo decorrido para 3 (três) divisões sucessivas, excluindo a primeira;
- d) verificação do cumprimento das demais exigências e legislação metrológica;
- e) selagem do taxímetro, do dispositivo adaptador e do transdutor segundo o plano de selagem estabelecido na portaria de aprovação do modelo;
- f) aposição de sinais de identificação do órgão metrológico executor e emissão do certificado.

10.4 — Verificações periódica e eventual:

10.4.1 — Os procedimentos discriminados no subitem 10.3.6 deverão ser observados nas verificações periódicas e eventuais.

10.4.2 — Compete aos órgãos da Rede Nacional de Metrologia Legal, no âmbito de suas jurisdições, as verificações mencionadas no subitem anterior, das quais fornecerá os competentes certificados.

10.4.3 — Os prazos para verificação dos taxímetros, serão fixados pelo órgão metrológico a que estiverem subordinados jurisdicionalmente os municípios concedentes.

10.4.4 — Os taxímetros deverão ser submetidos à verificação periódica anualmente.

10.4.5 — Os taxímetros estão sujeitos obrigatoriamente à verificação eventual sempre que sofrerem consertos ou manutenção.

11. Condições de Utilização

Nas condições de utilização as seguintes prescrições devem ser cumpridas:

11.1 — O taxímetro deve manter todos os característicos de construção do modelo aprovado e estar com os seus elementos e dispositivos em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.2 — O taxímetro deve efetuar medições dentro dos limites estabelecidos neste Regulamento.

11.3 — Todas as inscrições obrigatórias, unidades, símbolos e indicações devem se apresentar clara e facilmente legíveis.

11.4 — O taxímetro deve estar posicionado à direita do condutor do veículo em altura tal que a medição possa ser acompanhada pelas partes interessadas.

11.5 — A iluminação do dispositivo indicador deve se encontrar em perfeito funcionamento.

11.6 — Os dígitos do dispositivo indicador devem permanecer alinhados e

1.7 — Nos taxímetros eletrônicos os dígitos devem manter seus segmentos em perfeito funcionamento.

1.8 — Os elementos de proteção do dispositivo indicador devem impedir qualquer acesso ao mesmo.

1.9 — A indicação da posição do dispositivo de comando, no mostrador e no dispositivo auxiliar, deve corresponder, a todo instante, à efetiva posição de operação do taxímetro.

1.10 — O dispositivo auxiliar de indicação deve estar instalado de forma que as posições de comando do axímetro sejam visíveis do exterior do veículo, a uma distância mínima de 20m (inte metros).

1.11 — Quando houver dispositivo complementar, mesmo autorizado pelo INMETRO, este não deve interferir no sistema de medição.

1.12 — A proteção dos cabos de ligação do taxímetro deve impedir qualquer acesso aos mesmos.

1.13 — Todos os pontos do plano de selagem devem permanecer lacrados, e os selos apostos em verificação anterior, em perfeita condições, sem vestígios de violação.

1.14 — Os taxímetros devem efetuar medições corretamente mesmo em presença de ruídos eletromagnéticos gerados pelo veículo onde se encontram instalados.

1.15 — Na substituição de pneus ou rodas, deverão ser mantidas as características de tipo, dimensão e pressão anteriores, para os quais o taxímetro tenha sido aferido.

1.16 — No início da utilização do veículo-táxi o taxímetro deve ser posto em operação à vista do passageiro e indicar no mostrador somente a tarifa inicial (bandeirada).

1.17 — A colocação do taxímetro em uso após conserto ou manutenção está condicionada à reafirmação verificação eventual pelo órgão metrológico da jurisdição, segundo prazo por este estabelecido.

1.18 — O taxista, deve sempre que solicitado pelo órgão metrológico competente, apresentar o último certificado de verificação do taxímetro, que deverá acompanhar o instrumento.

12. Disposições Gerais e Transitórias

12.1 — Os taxímetros novos ou em uso deverão ser adaptados para fornecer indicações em Unidade Taximétrica — UT, a partir da verificação periódica de exercício de 1989, segundo programação a ser determinada em ato próprio pelos órgãos da Rede Nacional de Metrologia Legal.

12.1.1 — O dispositivo calculador dos taxímetros será programado de acordo com os valores monetários das tarifas estabelecidas pelo poder concedente, vigente à data da adaptação.

12.1.2 — A programação do dispositivo calculador, incluindo o valor da tarifa inicial expressa em UT, uma vez introduzida no taxímetro manter-se-á invariável.

12.2 — A atualização do valor remuneratório do serviço do veículo-táxi será efetuado pela autoridade concedente fixando-se um novo valor monetário para a

12.3 - A adaptação referida no subitem 12.1 será procedida pelo fabricante ou seu representante legal, obedecendo o disposto no artigo 2.º da Portaria INMETRO n.º 92, de 16 de abril de 1989 e os subitens 2.2, 6.2, 6.3 e 6.5, deste Regulamento.

12.3.1 - Os taxímetros mecânicos deverão, ainda estar de acordo com o item 4.4, deste Regulamento.

12.4 - Os taxímetros novos deverão ser fabricados de acordo com todas as demais prescrições do presente Regulamento a partir de 1.º de janeiro de 1990.

12.5 - Os taxímetros eletrônicos em uso, após adaptados de acordo com os subitens 12.1 e 12.3, somente serão admitidos para a verificação periódica de 1990 e providos de adequado sistema de proteção ao longo da ligação elétrica do transmissor ao corpo do taxímetro.

12.6 - Os taxímetros em uso, de modelo aprovado, sem prejuízo do disposto nos subitens 12.1 e 12.5, poderão continuar a ser utilizados desde que efetuem medições dentro das tolerâncias admitidas neste Regulamento.

12.7 - Os serviços de instalação e conserto de taxímetros somente poderão ser executados por firmas que satisfaçam as condições técnicas estabelecidas pelo INMETRO, em Regulamento específico.

(D.O. de 12 de maio de 1989, pág. 7.369 a 7.371).

BÔNUS DO TESOURO NACIONAL - BTN

Declara o seu valor diário a vibrar no período de 4 a 10 de julho de 1989.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO n.º 128 - DE 7 DE JULHO DE 1989

O Coordenador do Sistema de Tributação, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação constante do § 1.º, do artigo 1.º da Medida Provisória n.º 88 (1), de 14 de junho de 1989,

Declara que o valor diário do BTN Fiscal, no período de 4 a 10 de julho de 1989 é o seguinte:

| Dia | Valor (NCz\$) |
|----------|---------------|
| 04/07/89 | 1.6358 |
| 05/07/89 | 1.6532 |
| 06/07/89 | 1.6707 |
| 07/07/89 | 1.6885 |
| 10/07/89 | 1.7077 |

Santo Martins Silva - Coordenador do Sistema de Tributação.

(D.O. de 11 de julho de 1989, pág. 11.408).

(1) Lei. Ind. 1989, n.º 324

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SFH

Comunica que as instituições poderão adquirir intra-sistema, direitos creditórios e/ou letras hipotecárias de instituições que apresentem excesso de aplicações habitacionais.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULAR N.º 1506 - DE 7 DE JULHO DE 1989

Aos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação

1. Comunicamos que a Diretoria do Banco Central do Brasil, tendo em vista o disposto no artigo 4.º do Decreto n.º 9.548 (1), de 1.º de março de 1989 no item II da Resolução n.º 1546, de 22 de dezembro de 1988, e na Circular n.º 1.393, de 7 de dezembro de 1988, decidiu que, alternativamente ao direcionamento de aplicações de que trata o item II da Resolução n.º 1.446, de 5 de janeiro de 1988, as instituições poderão adquirir intra-sistema, a partir da posição correspondente a 30 de junho de 1989:

a) direitos creditórios (cédulas hipotecárias); e/ou

b) letras hipotecárias de instituições que apresentem excesso de aplicações habitacionais.

2. A remuneração das letras hipotecárias a que se refere a alínea "b" do item anterior deverá ser livremente pactuada entre as partes, observado, no mínimo, 6,5% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano), acrescido de atualização prevista para os depósitos de poupança.

3. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Circular n.º 1.478, de 4 de maio de 1989 e a alínea "b" da Circular n.º 1.496, de 19 de maio de 1989. - Wadico Waldir Macchi, Keyler Carvalho Rocha e José Tupy Caldas de Moura, Diretores.

(D.O. de 10 de julho de 1989, pág. 11.278).

(1) Leg. Fed. 1989, pág. 153.

OURO

Suspensão temporariamente a concessão de autorização para constituição e funcionamento dos Fundos e dos Clubes de Investimentos em Ouro.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULAR N.º 1.491 (1) - DE 1.º DE JUNHO DE 1989

Retificação ("Diário Oficial" de 5 de junho de 1989)

A pág. 684, a circular em epígrafe leia-se como sendo n.º 1.491 e no n.º 1.494 como consou.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI - Cidade Esperança - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

f) Tarifa Remuneratória de Retorno = 50% do valor total constante do taxímetro (utilizada exclusivamente para transporte intermunicipal, sem retorno do passageiro ao Município).

Parágrafo único O Poder Executivo providenciará, por decreto, a atualização do valor monetário da Unidade Taximétrica - UT, autorizando, se necessário, com as devidas considerações, modificação das tarifas estabelecidas, fazendo expedir a respectiva tabela para afixação obrigatória nos veículos-táxi, em local visível ao usuário.

Art. 3º O descumprimento das disposições inseridas nesta Lei importará em imediata cassação do alvará de permissão outorgado, sem que assista ao permissionário, a qualquer título, direito de reclamação ou indenização.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor sessenta (60) dias após sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Itapevi, 03 de abril de 1995

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI - Cidade Esperança - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 014/95

(Estabelece forma de apuração da remuneração devida pela utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi, tornando obrigatória a instalação de taxímetro, e dá providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração devida na utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi será apurada, obrigatoriamente, por taxímetro, em conformidade com as tarifas estatuídas e a Unidade Taximétrica - UT em vigor, observadas as disposições inseridas na Portaria nº 92, de 26 de abril de 1989, e Portaria nº 96, de 08 de maio de 1989, ambas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Parágrafo único - O taxímetro deverá estar devidamente aferido e lacrado pelo Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, ou órgão equivalente, de acordo com as normas vigentes.

Art. 2º Fica o valor da Unidade Taximétrica - UT estabelecido em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de real), nas seguintes tarifas:

a) Tarifa Inicial (Bandeirada) = 4 UT (valor remuneratório que o taxímetro indica no momento em que é colocado em operação, no início da utilização do veículo-táxi);

b) Tarifa Normal (Bandeira 1) = 1 UT (valor remuneratório devido a cada kilometro percorrido pelo veículo-táxi nos dias úteis, inclusive sábados, das 06:00 h às 20:00 h);

c) Tarifa Especial (Bandeira 2) = 1,2 UT (valor remuneratório devido a cada kilometro percorrido pelo veículo-táxi nos dias úteis, inclusive sábados, das 20:00 h às 06:00 h, e domingos/feriados, qualquer período);

d) Tarifa Horária = 12 UT (hora parada);

e) Tarifa para Transporte de Volumes = 2 UT (malas, pacotes ou caixas que possam ser transportados no porta-malas sem prejuízo da estabilidade do veículo);



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 014/95

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada há que se opor.


Quanto ao mérito, o projeto visa a forma de apuração da remuneração devida pela utilização de táxis por parte da população, devendo, pois, ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04 de abril de 1.995

Comissão nº 01


Valter Francisco Antônio


João Ferreira do Monte


Norma Lúcia Ribeiro de Souza


Antonio de Souza Farias


Benedito Vaz Ferreira

Comissão nº 02


Laerte Casagrande


Maria Ruth Banholzer


Hermogenez José Sant'Anna


Vital Ponciano dos Reis


José Francisco de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 014/95

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada há que se opor.

Quanto ao mérito, o projeto visa a forma de apuração da remuneração devida pela utilização de táxis por parte da população, devendo, pois, ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04 de abril de 1.995

Comissão nº 01

Valter Francisco Antônio

João Ferreira do Monte

Norma Lúcia Ribeiro de Souza

Antonio de Souza Farias

Benedito Vaz Ferreira

Comissão nº 02

Laerte Casagrande

Maria Ruth Banholzer

Hermogenez José Sant'Anna

Vital Ponciano dos Reis

José Francisco de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

A U T O G R A F O N º 0 1 2 / 9 5

(Projeto de Lei nº 014/95 - DO EXECUTIVO)

A CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

"Estabelece forma de apuração da remuneração devida pela utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi, tornando obrigatória a instalação de taxímetro, e dá providências correlatas"

Art. 1º A remuneração devida na utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi será apurada, obrigatoriamente, por taxímetro, em conformidade com as tarifas estabelecidas e a Unidade Taximétrica - UT em vigor, observadas as disposições inseridas na Portaria nº 92, de 26 de abril de 1989, e Portaria nº 96, de 08 de maio de 1989, ambas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Parágrafo único - O taxímetro deverá estar devidamente aferido e lacrado pelo Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, ou órgão equivalente, de acordo com as normas vigentes.

Art. 2º Fica o valor da Unidade Taximétrica - UT estabelecido em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de real), nas seguintes tarifas:

a) Tarifa Inicial (Bandeirada) = 4 UT (valor remuneratório que o taxímetro indica no momento em que é colocado em operação, no início da utilização do veículo-táxi);

b) Tarifa Normal (Bandeira 1) = 1 UT (valor remuneratório devido a cada kilometro percorrido pelo veículo-táxi nos dias úteis, inclusive sábados, das 06:00 h às 20:00 h);

c) Tarifa Especial (Bandeira 2) = 1,2 UT (valor remuneratório devido a cada kilometro percorrido pelo veículo-táxi nos dias úteis, inclusive sábados, das 20:00 h às 06:00 h, e domingos/feriados, qualquer período);

d) Tarifa Horária = 12 UT (hora parada);

e) Tarifa para Transporte de Volumes = 2 UT (malas, pacotes ou caixas que possam ser transportados no porta-malas sem prejuízo da estabilidade do veículo);



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

f) Tarifa Remuneratória de Retorno = 50% do valor total constante do taxímetro (utilizada exclusivamente para transporte intermunicipal, sem retorno do passageiro ao Município).

Parágrafo único O Poder Executivo providenciará, por decreto, a atualização do valor monetário da Unidade Taximétrica - UT, autorizando, se necessário, com as devidas considerações, modificação das tarifas estabelecidas, fazendo expedir a respectiva tabela para afixação obrigatória nos veículos-táxi, em local visível ao usuário.

Art. 3º O descumprimento das disposições inseridas nesta Lei importará em imediata cassação do alvará de permissão outorgado, sem que assista ao permissionário, a qualquer título, direito de reclamação ou indenização.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor sessenta (60) dias após sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,
06 de abril de 1995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SERGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI - Cidade Esperança - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.249, DE 10 DE ABRIL DE 1995

(Estabelece forma de apuração da remuneração devida pela utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi, tornando obrigatória a instalação de taxímetro, e dá providências correlatas)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração devida na utilização de veículo-táxi com permissão de serviço outorgada pela Prefeitura do Município de Itapevi será apurada, obrigatoriamente, por taxímetro, em conformidade com as tarifas estabelecidas e a Unidade Taximétrica - UT em vigor, observadas as disposições inseridas na Portaria nº 22, de 26 de abril de 1989, e Portaria nº 96, de 08 de maio de 1989, ambas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Parágrafo único - O taxímetro deverá estar devidamente aferido e lacrado pelo Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, ou órgão equivalente, de acordo com as normas vigentes.

Art. 2º Fica o valor da Unidade Taximétrica - UT estabelecido em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de real), nas seguintes tarifas:

a) Tarifa Inicial (Bandeirada) = 4 UT (valor remuneratório que o taxímetro indica no momento em que é colocado em operação, no início da utilização do veículo-táxi);

b) Tarifa Normal (Bandeira 1) = 1 UT (valor remuneratório devido a cada quilômetro percorrido pelo veículo-táxi nos dias úteis, inclusive sábados, das 06:00 h às 20:00 h);

c) Tarifa Especial (Bandeira 2) = 1,2 UT (valor remuneratório devido a cada quilômetro percorrido pelo veículo-táxi nos dias úteis, inclusive sábados, das 20:00 h às 06:00 h, e domingos/feriados, qualquer período);

d) Tarifa Horária = 12 UT (hora parada);

e) Tarifa para Transporte de Volumes = 2 UT (malas, pacotes ou caixas que possam ser transportados no porta-malas sem prejuízo da estabilidade do veículo);



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI - Cidade Esperança - Estado de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

f) Tarifa Remuneratória de Retorno : 50% do valor total constante do taxímetro (utilizada exclusivamente para transporte intermunicipal, sem retorno do passageiro ao Município).

Parágrafo único O Poder Executivo providenciará, por decreto, a atualização do valor monetário da Unidade Taximétrica - UT, autorizando, se necessário, com as devidas considerações, modificação das tarifas estabelecidas, fazendo expedir a respectiva tabela para afixação obrigatória nos veículos-táxi, em local visível ao usuário.

Art. 3º O descumprimento das disposições inseridas nesta Lei importará em imediata cassação do alvará de permissão outorgado, sem que assista ao permissionário, a qualquer título, direito de reclamação ou indenização.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor sessenta (60) dias após sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Itapevi, 10 de abril de 1995.

JOAO CARLOS CARAMAZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 10 de abril de 1995.

ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo